

Investigação Apreciativa e Pesquisa-ação: Relação Dialógica, Complementaridade ou Oposição?

Autoria: Isabel Cristina da Silva, Custódio Genésio da Costa Filho, Mozar José de Brito

RESUMO

O presente ensaio vislumbra compreender a metodologia da Investigação Apreciativa (IA) e analisar em que aspectos essa abordagem dialoga, complementa e/ou se opõe à metodologia da Pesquisa-ação (PA). Busca-se especificamente: (i) descrever o arcabouço teórico-metodológico da pesquisa-ação; (ii) discutir as orientações epistemológicas e metodológicas da investigação apreciativa; e (iii) apresentar um *framework* das correlações/oposições entre essas abordagens. Argumenta-se que as orientações epistêmicas e metodológicas da IA se assemelham às orientações da PA, por isso, a relações entre elas necessita ser explorada para direcionar a prática em pesquisas sociais. Assim, este estudo apresenta possibilidades de avanços epistemológicos nesse campo de discussão.

1 - Aspectos introdutórios: O que a discussão entre a Investigação Apreciativa e a Pesquisa-ação pode revelar?

Há quem diga que a metodologia da investigação apreciativa (IA) surgiu complementarmente à metodologia da pesquisa-ação, pois os próprios idealizadores dessa corrente, David Cooperrider e Suresh Srivastava (1987), apontaram a IA como complementar aos métodos convencionais de pesquisa-ação. Van der Haar e Hosking (2004) advogam que a crença incondicional no potencial metodológico da investigação apreciativa se deve ao fato dessa abordagem proporcionar um diálogo aberto e prover a intervenção social, entretanto com uma proposta mais aberta à exploração de ideias do que a pesquisa-ação.

No mesmo diapasão, alguns teóricos alegam que a IA tem uma postura mais positiva, mais colaborativa e participativa, capaz de gerar mais inovação e mudança organizacional se comparada com a pesquisa-ação (VAN DER HAAR; HOSKING, 2004). Entretanto, há controversas, pois, não se trata de dizer qual método é mais participativo, mas de interpretar as contribuições práticas de cada vertente. Assim, conforme Coghlan, Preskill e Catsambas (2003) na concepção da IA, está implícita a adoção de procedimentos participativos e inclusivos bem como de incentivos para aumentar a capacidade de aprendizagem e de mudança social. Do mesmo modo, a pesquisa-ação prima-se pela interatividade e mudança do contexto social.

Destaca-se que, por quase 70 anos, acadêmicos se concentram em discutir as características da pesquisa-ação, e é evidente a existência, cada vez mais ampla, de uma variedade de formas que ela assume na prática. Abundam na literatura diferentes pontos de vista da ação investigativa e por esse motivo, muitas confusões teóricas se assentam nos estudos e práticas organizacionais, marginalizando a essência metodológica de cada corrente de pensamento. É o que tem acontecido com essas duas correntes epistemológicas aqui apresentadas.

Diante dessas constatações, há que se destacar que poucos são os trabalhos que abordam sobre a IA e que existe uma grande confusão entre essa vertente e a pesquisa-ação. Por esse motivo, este estudo questiona: os aspectos da investigação apreciativa dialogam, complementam e/ou se opõem à metodologia da pesquisa ação? Será que essas vertentes realmente se aproximam? Há possibilidades de conversações teóricas? Ou está implícita uma “briga” pela superioridade de reconhecimento no campo da pesquisa?

No intuito de trazer à baila essa discussão, o presente estudo debate as orientações fundamentais da pesquisa-ação e da investigação apreciativa e, posteriormente, apresenta um *framework* das correlações/oposições entre essas duas abordagens. Pretende-se avançar nessa discussão e trazer contribuições onto-epistêmicas para as pesquisas em estudos organizacionais.

2 A Pesquisa-ação – direcionamentos teóricos e aplicações práticas

Tradicionalmente vigente no campo da pesquisa científica, como fonte de análise, a pesquisa-ação passou por uma série de combinações entre teoria e prática (ARIELI, 2009; RAI, 2012; LEVIN, 2012). Essa corrente ganhou popularidade e amplitude de aplicação a partir da tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática, sendo encarada como uma das muitas formas de investigação da ação. Os primeiros estudos sobre essa temática parecem ter surgido nos trabalhos de Lewin (1946), por meio da lógica experimental para estudo dos problemas sociais e a partir do movimento de organização do trabalho na década de 60. Lewin foi impulsionador da abordagem

experimental, conforme foi, nesse momento, a psicologia social por pressupostos filosóficos positivistas.

As raízes teóricas e filosóficas desse vertente residem principalmente na filosofia pragmática, pensamento crítico, teoria social construcionista, teoria de sistemas, prática da democracia, e na teoria da complexidade (LEVIN, 2012). Mais precisamente, segundo Smith et al. (2010), a pesquisa-ação participativa emergiu da confluência entre a pedagogia revolucionária de Paulo Freire, a sociologia da libertação de Orlando Fals-Borda e as críticas feministas e as reconceitualizações da força sociocultural.

Por sua vez, Rai (2012) e Arieli et al. (2009) também destacam a contribuição da pedagogia do oprimido de Paulo Freire para a pesquisa-ação, a qual pressupõe que os seres humanos não são recipientes vazios que podem ser preenchidos e que devem internalizar os pontos de vista e valores dominantes. A partir destes pressupostos, resultou uma metodologia onde pesquisadores não entram nas comunidades para conduzir estudos sobre membros da comunidade. Ao contrário, para Smith et al. (2010), eles devem formar parcerias com os membros da comunidade para identificar assuntos de importância local, para desenvolver maneiras de estudá-las, para recolher e interpretar dados, e para agirem com base no conhecimento resultante da pesquisa-ação.

É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que oscila na sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela, a partir de um ciclo interativo característico da pesquisa ação, que não se resume somente em identificação do problema, diagnóstico, planejamento, e intervenção, é mais que isso é alteração da realidade social. Mais sucintamente, planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança com intuito de provocar melhorias em sua prática (TRIPP, 2005). A Figura 1, desenvolvida por Tripp (2005) apresenta mais claramente esse processo, que o autor denomina de “ciclo da investigação-ação”.

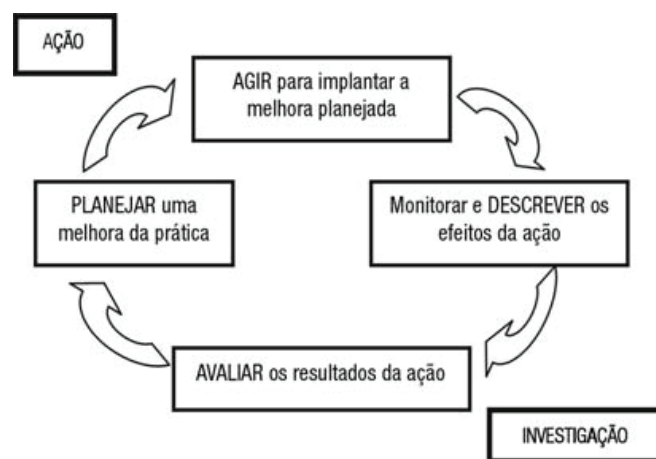


FIGURA 1: Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação
Fonte: Tripp (2005, p.446).

Percebe-se a partir do ciclo básico da investigação-ação que a resolubilidade de problemas está atrelada a um processo cíclico e contínuo que se inicia com a identificação de problemáticas que direcionam o planejamento de uma solução, sua implementação, seu monitoramento e a avaliação de sua eficácia, conforme sustenta Tripp (2005). Fica evidente que o foco é a resolução de problemas, dentro de uma ação prática e uma investigação que busca garantir a efetividade das práticas implementadas.

Neste sentido, assim como na ação e na investigação, Lewin (1946) considerou que o abstrato e o concreto não estavam mais separados. Ele identificou a pesquisa-ação como uma

forma de resolver problemas práticos, como a diminuição das tensões raciais e os problemas enfrentados pelas minorias, além de fornecer uma base para a formulação de leis gerais que influenciam a vida em grupo. Ele estava interessado, principalmente, na mudança como um processo de reeducação. Nesse diapasão, Maurer e Githens (2009) argumentam que criar conhecimento resulta em ação, com o objetivo de capacitar as pessoas oprimidas, através do processo de construção e utilização de seu próprio conhecimento. Este envolvimento ocorre por meio de uma reflexão crítica sobre as práticas atuais, em particular por meio de uma análise das crenças, valores, pressupostos tácitos e modelos convencionais.

Deste modo, a pesquisa-ação tem um vasto potencial para criar o conhecimento que não reproduz simplesmente as visões de mundo, os valores, e os interesses dos grupos dominantes. Outra característica diferenciada da pesquisa-ação é a transformação da relação entre pesquisador/pesquisado, sujeito/objeto, a qual promove a partilha de poder e supera as relações opressivas existentes na submissão e dependência entre indivíduos e grupos. Ou seja, neste método privilegia-se a cultura, a sabedoria e as vozes locais ao longo do processo da pesquisa-ação, visando mudanças sociais emancipatórias em níveis mais amplos (SMITH et al., 2010). Em síntese, como destaca Rai (2012), a pesquisa-ação, enquanto pesquisa científica social, é participativa, orientada para a prática e visa encontrar soluções para os problemas sociais e emancipar os indivíduos e grupos.

Cumprir aludir que a PA busca diferenciar-se da pesquisa tradicional, onde os pesquisadores das universidades entram nas comunidades, cumprem as suas agendas de pesquisa e saem, contribuindo com seus próprios currículos, porém, tendo feito uma pequena ou nenhuma contribuição para a comunidade. Dentro desta lógica, os pesquisadores aprendem a gerenciar as tarefas, a se orientarem por metas e a buscarem avanços em seus projetos. Por outro lado, dentro de um processo de pesquisa-ação pautado no diálogo e na participação, os tradicionais cronogramas não são bem vindos e os pesquisadores devem resistir a seus impulsos para acelerar, gerenciar, controlar o “sempre envolvente e frequentemente surpreendente processo da PA” (SMITH et al., 2010, p.422). Assim, Rai (2012) destaca o método em forma de espiral autoreflexiva, que inclui o planejamento da pesquisa, a ação e intervenção prática, a observação e coleta de dados, a reflexão e interpretação conjunta dos dados e o replanejamento das atividades a partir dos resultados das ações e das novas necessidades da sociedade.

Para dar reais contribuições emancipadoras à sociedade, em termos de fundamentação e melhoria das teorias existentes, os pesquisadores devem mudar suas posturas, passando a formar parcerias com os membros da comunidade, de modo a identificar assuntos de importância local, colher e interpretar as informações e tomar atitudes a partir do conhecimento resultante da pesquisa (SMITH et al., 2010; RAI, 2012). É importante salientar que isto implica em uma abertura e em uma vulnerabilidade para as quais o pesquisador pode não estar preparado, pois ele deve assumir e compartilhar os seus conhecimentos, mas, também deve ser humilde aluno e não considerar o seu conhecimento com superior aos dos outros. E mais, os pesquisadores não têm o privilégio de observadores, suas próprias identidades sociais, seus *status* e o impacto deles na pesquisa-ação devem ser expostos e submetidos a análises da comunidade, deste modo, os pesquisadores assumem um papel desafiador de entrar na vida do outro e também permitir que o outro entre em sua própria vida.

Embora a pesquisa-ação exija um intenso relacionamento do pesquisador com a comunidade, Herr e Anderson (2005) propõe que a localização social dos pesquisadores nas comunidades pode ser posicionada em um contínuo de seis pontos de posicionamentos na pesquisa-ação, que varia de um nível mais interno até um nível mais externo. Avaliar a intensidade de interação é importante, pois o grau de posicionamento determina como os

pesquisadores enquadrarão a epistemologia, decidirão sobre metodologia e discutirão os dilemas éticos que possam surgir na pesquisa.

Destarte, a literatura alerta quanto à importância da participação efetiva da comunidade no processo de pesquisa-ação. E para que não haja uma pseudo-participação, Arieli et al. (2009) propõem uma teoria da ação para lidar, de forma mais eficaz, com o paradoxo da participação. Este modelo de ação passa pela:

- a. Análise dos valores e pressupostos dos pesquisadores e da comunidade (ou seja, buscar valorizar a participação e considerá-la como uma parte essencial da boa pesquisa-ação; verificar se a comunidade está disposta e se é capaz de se envolver na pesquisa; verificar se os pesquisadores podem contribuir e fornecer recursos valiosos para a comunidade e garantir a busca por valores de informações válidas, escolha livre e informada e compromisso interno de pesquisadores e da comunidade).
- b. Análise das condições contextuais (contornar as diferentes orientações para a condução da pesquisa-ação; amenizar as lacunas enraizadas no poder e nos recursos da comunidade; contornar a falta de definição ou de clareza de objetivos e as diferenças "culturais" entre os pesquisadores e a comunidade).
- c. Elaboração de estratégias de ação (que envolve testar se os membros da comunidade estão dispostos e se são capazes de participar como pesquisadores; verificar se os pesquisadores estão preparados para compartilhar recursos e colocar as ações práticas antes dos procedimentos de pesquisa; dirimir as diferenças culturais e de poder e, resolver conflitos sobre funções, tarefas, limites, autoridade e poder; estabelecer um tempo de reflexão conjunta e sistemática; refletir conjuntamente sobre os registros e a documentação da pesquisa; explicitar e investigar o entendimento dos membros da comunidade e dos pesquisadores; desenvolver nos participantes a iniciativa de admitir erros e estar preparado para não introduzir ou abandonar relações de pesquisa-ação quando perceber coação à participação).
- d. Gestão das consequências intencionais (verificar se a participação na pesquisa é baseada em uma escolha livre e informada e se o grau de participação é discutido e acordado por ambas as partes; discutir a insatisfação com o relacionamento e com a participação; avaliar se as vozes de ambas as partes são igualmente ouvidas e se influenciam-se mutuamente). Esta participação é tida como característica básica e definidora da pesquisa-ação, portanto, a observância deste modelo de condução da pesquisa-ação é extremamente importante devido à complexidade e relevância do processo de participação.

Fine e Barreras (2007, p.175) denunciam que “escrevemos sobre a responsabilidade de cientistas sociais para estudar criticamente “o que é”, imaginar “o que poderia ser” e contribuir com responsabilidade para uma mobilização em direção ao “que deve ser””. Neste sentido e se este é o propósito do pesquisador, a pesquisa-ação oferece aos cientistas sociais um potencial incomum que pode ser usado nessa mobilização social em direção ao “que deve ser”. Essa analogia pode, inclusive, permitir uma compreensão mais detalhada da evidente ambiguidade, encontrada na literatura, quanto a esse tipo de pesquisa, abrindo espaço para reflexões acerca da adequação desses pressupostos na concepção da pesquisa científica (CARROLL et al., 2011).

3 Investigação Apreciativa – múltiplos significados

A *Appreciative Inquiry* ou Investigação Apreciativa (IA) surge dos estudos de David Cooperrider e Suresh Srivastava que, preocupados com os progressos científicos e com a valorização da investigação filosófica antipositivista, mapeiam as principais

“deficiências/limitações” da pesquisa-ação, para desenvolver os conceitos basilares dessa corrente apreciativa. O “amuleto” que os autores sustentam para valorizar a orientação epistemológica da investigação apreciativa é o “romantismo” da pesquisa-ação em termos de aproximação com a prática social. Embasados nessa justificativa, os autores apontam que a pesquisa-ação tende a reforçar o clássico dualismo teoria-prática, priorizando a investigação prática em detrimento do desenvolvimento da teoria. Por esse motivo, nas palavras dos autores, a pesquisa-ação não conseguiu produzir teoria inovadora, capaz de inspirar a imaginação, o compromisso e o diálogo necessários para a reordenação consensual da conduta social (COOPERRIDER; SRIVASTRA, 1987). Nessa acepção, os mesmos sugerem a investigação apreciativa como uma proposta epistemológica complementar às formas tradicionais de pesquisa-ação.

Sob mesmo aspecto Bushe (1999) interpreta a investigação apreciativa como uma das inovações mais significativas da pesquisa-ação. O autor enfatiza que os idealizadores da pesquisa-ação na década de 1950 estavam preocupados com a criação de um método de pesquisa que levaria a resultados práticos, bem como ao desenvolvimento de uma nova teoria social. Esperava-se que a pesquisa-ação se convertesse em uma ferramenta importante para a mudança social. Entretanto, nesse quesito essa metodologia deixou a desejar, abrindo precedentes para novas postulações epistêmico-metodológicas, como a IA.

Segundo Souza, McNamee e Santos (2010, p. 603), “a IA aproxima-se de outras estratégias teóricas e metodológicas, como a teoria crítica, a etnografia, o estudo de caso, a análise de narrativa e, como de esperado, a pesquisa-ação”. Por esse motivo, ela fornece grande importância para o diálogo e para as múltiplas realidades socioculturais. Desse modo, pode ter diferentes significados, desde uma ferramenta de transformação organizacional até uma visão de mundo ou paradigma (VAN DER HAAR; HOSKING, 2004), ou modelo teórico organizacional (BUSHE, 1999).

Sobre a investigação apreciativa, Cooperrider e Whitney (2006) destacam com veemência que esse é um método revolucionário de mudança gerencial, desenhado para promover um diálogo igualitário, ou seja, um diálogo aberto que conduz a efetividade e integridade de um sistema social. Sob esse olhar, a IA se pauta como mecanismo de construção de variáveis sociais que atuam proeminentemente na intervenção social e na mudança organizacional.

Cumpra-se atentar que a investigação apreciativa dialoga com a epistemologia construcionista social por seu direcionamento pragmático, e por seu foco na singularidade do modo apreciativo. Mais que um método ou técnica, o modo de investigação apreciativo é uma maneira de viver com, estar com, e participar diretamente da vida social (MORENO, 2012). É um mecanismo que extrapola a simples busca de resolução de problemas sociais/organizacionais, indicando uma forma afirmativa de investigação. Cooperrider e Srivastva (1987) afirmam que a orientação por problemas reduz a possibilidade de geração de novas teorias organizacionais, e novas imagens da realidade social, que podem, inclusive, ajudar a transcender as formas sociais atuais. Os autores advogam que, ao invés de enxergar as organizações como problemas a serem resolvidos, a orientação apreciativa permite enxergá-las como milagres a serem apreciados. Assim, a visão apreciativa abre caminho para a investigação, a mobilização, a motivação, a imaginação e a mudança, pois ao invés de pautar-se pela resolubilidade dos problemas, essa vertente incita a descoberta, o sonho, o planejamento, o destino. Envolve a arte e a prática de fazer perguntas positivas que fortalecem a capacidade do sistema para assimilar, prever e ressaltar o potencial positivo (BARRETT, 1995; BUSHE, 1999).

Por seu direcionamento dialógico, interativo, positivo e transformativo, a IA incita a manifestação de metáforas generativas (GERGEN, 1977) em busca de respostas para a verdadeira transformação, que se inspira na imaginação e na mudança positiva como fontes

do desenvolvimento organizacional e social. Deste modo, constitui-se uma prática altamente transformativa (GERGEN; GERGEN; BARRETT, 2004), com princípios voltados para afirmações positivas, aspirações compartilhadas e participação integrada.

Conforme Zemke (1999) a IA tomou popularidade metodológica em todo o mundo por seu potencial analítico de alterar/modificar a cultura das organizações em processos de mudanças e fusões. Também para criar renovação organizacional, gerenciar conflitos diversos e prover transformações socioculturais. Tal investigação se orienta metodologicamente pela filosofia dos quatro D's (*Discovering, Dreaming, Designing, Destiny*), que consiste em um ciclo contínuo de apreciações positivas.

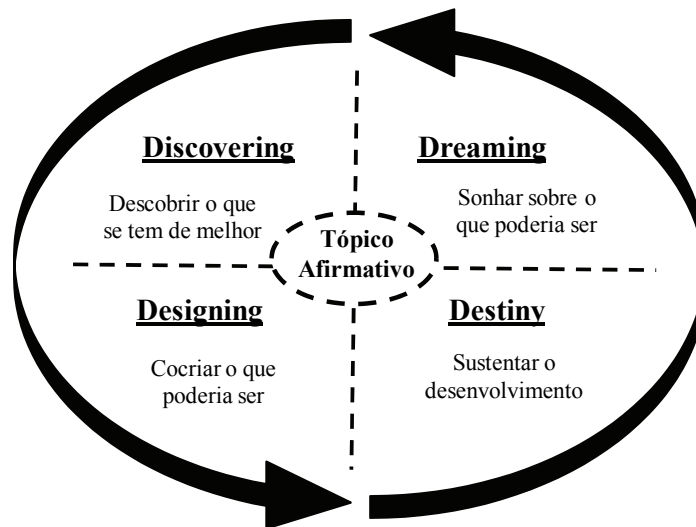


FIGURA 2: O ciclo dos 4 D's

Fonte: Elaborado pelos autores

A Figura 2 representa esquematicamente os quatro elementos, nela, tem-se que o ciclo é organizado em torno de propostas afirmativas acerca dos rumos das organizações e das sociedades, isto é, algo que uma organização ou comunidade quer desenvolver, aprender sobre ou melhorar em sua maneira de fazer. Assim, a primeira etapa (*Discovering*) consiste em descobrir o que se tem de melhor, ou seja, valorizar as potencialidades e apreciar o que dá energia às pessoas, seu trabalho e sua organização, reforçando histórias positivas e boas experiências. A segunda etapa (*Dreaming*) é mais emblemática no sentido de sugerir “sonhos” para o futuro da organização/sociedade. Consiste em visionar a organização como idealmente deve ser. Nada mais nada menos que idealizar “modelos” perfeitos de funcionamento sócio-organizacional. Após descobrir as potencialidades e idealizar o melhor, a terceira etapa (*Designing*) vem criar possibilidades e estruturas para fornecer suporte ao sonho, ou seja, para viabilizar a construção real do que se sonhou. A quarta e última etapa (*Destiny*) vislumbra sustentar os desenvolvimentos e inovações do processo e nutrir um senso coletivo de destino, mais propriamente, um direcionamento coletivo de esforço sobre os rumos das organizações e das sociedades.

Há que se destacar que se trata de um ciclo positivo em etapas cíclicas que atuam proativamente em busca da consecução dos melhores resultados, e por seu caráter contínuo, o destino leva a novas descobertas dos pontos fortes da organização/sociedade, para assim iniciar o processo novamente. Cooperrider e Whitney (2006) apontam que no centro dos quatro D's estão perspectivas afirmativas que orientam o caminho estratégico a ser seguido rumo à realização dos sonhos. Tais perspectivas estão envoltas em todo o processo

(*Discovering, Dreaming, Designing, Destiny*) e atuam como ponto de partida da investigação apreciativa.

De fato, essa orientação metodológica, tal como proposta, tende a prover participação e interação entre os envolvidos no processo de transformação. Contudo, resta saber em que medida e com que efetividade os resultados desse ciclo se firmam na realidade social. Muitas reivindicações são feitas sobre o seu estado e valor, mas ainda há poucos estudos publicados sobre os resultados da aplicação dessa orientação. Especificamente nesse âmbito é que Van der Haar e Hosking (2004) lançam suas contribuições para a IA. Sob a lente das autoras, a literatura sobre o tema não fornece subsídios para se pensar o processo de avaliação da investigação apreciativa e nesse ínterim, elas apontam a avaliação responsiva como uma possível alternativa.

Ademais, em função da proposta metodológica da filosofia dos quatro D's, Van der Haar e Hosking (2004) consideram que a investigação apreciativa pode ser considerada como uma abordagem construcionista social para a mudança planejada. As autoras sugerem que a IA está intimamente relacionada ao pensamento relacional, visto que esse centraliza a mudança e vê a estabilidade como uma conquista contínua da realização e reconstrução. Mais propriamente, ao invés de considerar o “Eu” e o “Outro” como existências independentes, o pensamento relacional assume existências interdependentes como realidades relacionais. Assim, tanto a investigação apreciativa quanto a avaliação responsiva, por meio do pensamento relacional, constituem práticas sociais que constroem ativamente identidades particulares e mundos particulares. Por isso, a IA se manifesta de forma diferente dependendo do contexto local-histórico-cultural (BUSHE, 1999; WATKINS; COOPETTIDER, 2000; VAN DER HAAR; HOSKING, 2004).

Essa compreensão é de extrema importância para se avançar nessa discussão, pois entender que os resultados da aplicação desse método (se é que se pode denominar a investigação apreciativa de método, haja vista as “confusões conceituais”) estão condicionados às particularidades locais é uma concepção que reorienta a definição da IA, permitindo enxergá-la como um processo transformacional local.

Não se pode deixar de considerar que a investigação apreciativa deriva-se do paradigma sócio-racionalista, que trata a realidade social e psicológica como um produto do momento para a reconstrução contínua (BUSHE, 1999). E conforme Cooperrider e Srivastva (1987), enquanto o positivismo lógico pressupõe que os fenômenos sociais são suficientemente generalizáveis, estáveis e duradouros, o paradigma sócio-racionalismo sustenta que a ordem social é fundamentalmente instável, visto que os fenômenos sociais são guiados por heurísticas cognitivas, limitadas pela imaginação humana e atreladas às variações infinitas da ação.

Para Bushe (1999) os sócio-racionalistas argumentam que as teorias e as crenças sobre os sistemas sociais têm um efeito poderoso sobre a natureza da realidade social. De modo que se enxerga aquilo que se acredita estar vendo, em um movimento que o próprio ato de crer cria a realidade. Deste ponto de vista, a criação de novas e evocativas teorias de grupos, organizações e sociedades, como a investigação apreciativa, são uma maneira poderosa para ajudar na mudança e no desenvolvimento. Há que se pontuar que teoricamente a proposta da IA tende a prover mudanças transformacionais na realidade social, contudo há fortes indícios de que essa vertente esbarra-se metodologicamente nos pressupostos da pesquisa-ação, limitando suas possibilidades de se firmar epistemologicamente e fornecer contribuições práticas para os estudos organizacionais.

4 Abrindo a caixa de pandora: correlações/oposições entre a investigação apreciativa e a pesquisa-ação

Ao prefaciар a obra seminal sobre a investigação apreciativa “*Appreciative inquiry in organizational life*”, Cooperrider e Srivastva (1987) iniciam sua argumentação ressaltando que: *We are sometime truly to see our life as positive, not negative, as made up of continuous willing, not of constraints and prohibition* (Mary Parker Follett). Ao ressaltarem a frase de Mary, os autores estão, de algum modo, reforçando a proposta acerca da investigação apreciativa e seu foco positivo e incitando a crítica sobre a pesquisa-ação e sua orientação à resolubilidade dos problemas sociais/organizacionais. Especificamente neste ponto, acredita-se que os autores pecam, pois eles próprios apresentam a IA como uma reconfiguração da pesquisa-ação, ou seja, como uma proposta complementar aos métodos convencionais de pesquisa-ação.

Por esse motivo, parte das “confusões” conceituais acerca da investigação apreciativa está relacionada com a proposta de complementaridade. Não há como negar que as vertentes dialogam entre si em uma série de quesitos, como: foco na mudança, na interação/participação, nos processos transformacionais, dentre outras inclinações. Entretanto, não cabe dizer que uma é resultado ou complementar a outra. Acredita-se que a investigação apreciativa surgiu de novos horizontes epistemológicos e concepções ontológicas, e não necessariamente como uma metodologia para complementar a pesquisa-ação e fazer parte dela, ou até mesmo para substituí-la. Por mais que os autores tenham desenhado as orientações da IA sobre este prisma, na prática essa investigação não se apresenta como complementar no sentido de fazer parte da pesquisa-ação. Justamente porque cada corrente tem suas especificidades e particularidades próprias.

A argumentação de Cooperrider e Srivastva (1987) caminha no sentido de destacar que a pesquisa-ação, em sua forma mais convencional, tem falhado como um instrumento para o avanço do conhecimento social e consequente desenvolvimento humano e sócio-organizacional. Mas não é o que os estudos acadêmicos têm mostrado. A pesquisa-ação tem sido muito útil no desenvolvimento de pesquisas de diversas naturezas. O que é importante destacar é que a investigação apreciativa surge como uma proposta metodológica que se orienta particularmente nos mesmos pressupostos da pesquisa-ação. O que não impede que ambas as abordagens coexistam e cada qual preste suas contribuições peculiares.

Baseados na argumentação de Cooperrider e Srivastva (1987), muitos teóricos discutem a investigação apreciativa sob o mesmo aspecto, ou seja, como uma metodologia complementar à pesquisa-ação, pelo fato desta não estar cumprindo seu papel. Contudo, é notório o esforço de avançar na discussão e lançar novas contribuições, como no caso de Barrett (1995), Bushe (1999), Chapagain (2004) e outros que provocam críticas e reflexões acerca dessa temática. Van der Haar e Hosking (2004) deslocam a discussão para novas proposições, contribuindo, inclusive, para se pensar uma forma de avaliação da investigação apreciativa, a partir de diálogos teóricos e epistêmicos com outras vertentes paradigmáticas. E ainda outros teóricos que testaram o ciclo dos quatro D’s em seus estudos e pesquisa, como Valença (2007), Moreno (2010), Oliveira (2012), dentre outros.

Há que se destacar que ambas as correntes têm seus direcionamentos particulares, mas que não se pode negar que elas convergem e se complementam em determinados aspectos, mas ao mesmo tempo se opõem em outros. Para demonstrar mais claramente essa premissa aqui defendida, o Quadro 01 esquematiza essas correlações/oposições de forma simples e sistemática.

Quadro 01: Framework das correlações/oposições entre a Investigação Apreciativa e a Pesquisa-Ação

Complementaridades		Oposições/divergências	
<i>Investigação Apreciativa</i>	<i>Pesquisa-ação</i>	<i>Investigação Apreciativa</i>	<i>Pesquisa-ação</i>
Dedica-se às práticas sociais e organizacionais	Interesse investigativo voltado para a prática social	Epistemologicamente orientada pelo paradigma sócio-racionalista	Epistemologicamente orientada pelo paradigma sócio-construcionista
Esforços coletivos para a mudança transformacional	Interação social para prover processos de mudança e transformação social	Foco em premissas positivas	Foco na resolubilidade de problemas
Interação dialógica e participativa entre os agentes do processo	Intervenção social e participativa	Orienta-se por sonhos	Orienta-se por planejamento
Direcionamento dialógico, interativo, positivo e transformativo	Direcionamento participativo, orientado para a prática, visando encontrar soluções para os problemas sociais e emancipar os indivíduos e grupos.	Origem/fontes: a teoria crítica, a etnografia, o estudo de caso, a análise de narrativa e a pesquisa-ação. Bem como, a epistemologia construcionista social e o paradigma sócio-racionalista	Origem/fontes: a pedagogia revolucionária de Paulo Freire, a sociologia da libertação de Orlando Fals-Borda e as críticas feministas e as reconceitualizações da força sociocultural.
		Orienta-se metodologicamente pelo Ciclo dos quatro D's	Orienta-se metodologicamente pelo Ciclo básico de investigação-ação

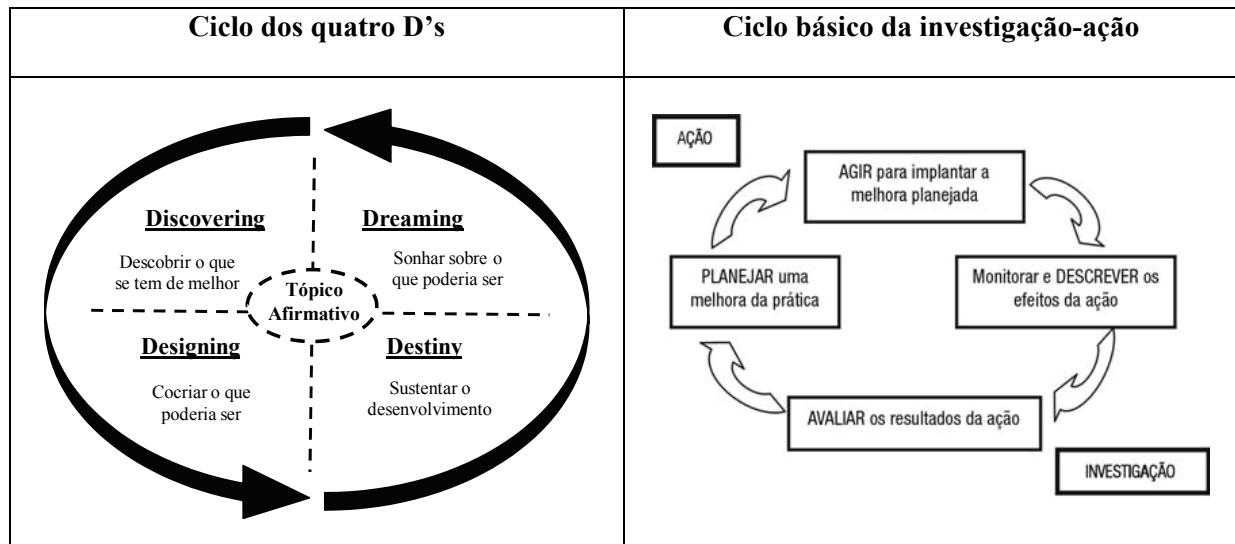
Fonte: Elaborada pelos autores a partir da literatura

Conforme disposto no Quadro 01, as principais oposições e divergências existentes entre a investigação apreciativa e a pesquisa-ação, estão relacionadas com a orientação epistemológica (sócio-racionalista de um lado e sócio-construcionista de outro), no foco de atuação (premissas positivistas *versus* resolução de problemas) e na orientação que norteia as correntes (uma orientada pelos sonhos e a outra pelo planejamento). E isto se deve, provavelmente, às origens e fontes teóricas que suplantaram o desenvolvimento de cada uma das correntes de pesquisa. Por outro lado, ficam evidentes as complementaridades e as similaridades entre as correntes, as quais, em síntese, se dedicam totalmente à prática de transformação e emancipação social dentro de um processo dialógico e integralmente participativo.

Em termos metodológicos e procedimentais a investigação apreciativa e a pesquisa-ação adotam estratégias e caminhos distintos. O Quadro 02 apresenta esquematicamente o procedimento metodológico adotado por cada uma das vertentes. Tem-se que, apesar do fim último da IA e da PA serem basicamente o mesmo: mudança e transformação social, o caminho percorrido é diferente. Enquanto a IA focaliza a apresentação de descobertas das potencialidades para se iniciar as intervenções no campo, a pesquisa-ação parte do diagnóstico de problemas a serem resolvidos. Posteriormente, a IA sugere que vislumbre possibilidades de melhoria, enquanto a pesquisa-ação centra-se na busca pela ação prática. Em seguida, a IA indica a criação e o desenvolvimento de soluções, por sua vez a pesquisa-ação concentra-se na verificação dos resultados das ações. Por fim, enquanto a IA está buscando nutrir o sonho coletivo, transformador e redescobrimdo novas alternativas, a pesquisa-ação já está avaliando os resultados e reiniciando o planejamento de novas ações. Portanto, a IA concentra-se em um caminho que leva a construções de sonhos e concepções coletivas de longo prazo e que deixa a prática como sendo uma consequência deste ciclo otimista de sonhos; diferentemente, a

pesquisa-ação se apresenta mais pragmática e focada em ações e resultados de curto prazo, num ciclo constante de ação e avaliação.

Quadro 02: Comparação metodológica entre a Investigação Apreciativa e a Pesquisa-Ação



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da literatura.

As alegações aqui defendidas ajudam a responder aos questionamentos iniciais. A investigação apreciativa apresenta pressupostos complementares e ao mesmo tempo opostos à pesquisa-ação. De modo, que não se deve denominá-la simplesmente como uma corrente complementar, pois a IA tem suas particularidades essenciais. Ocorre que ela apresenta aspectos similares aos da pesquisa-ação, em termos de direcionamento dialógico, interativo e transformativo. Nesse ínterim, as correntes se aproximam e há possibilidade de conversação teórica, pois o fim último é a mudança social e a transformação da realidade. Mas para isso, há que se abandonar as reconhecidas “batalhas” pela superioridade de reconhecimento no campo da pesquisa e trilhar caminhos alternativos. Pois, uma ontologia convincente só pode ser estabelecida quando a pesquisa de determinada área é bem sucedida, existindo um critério unificado em reconhecer este êxito. O sucesso vai ser alcançado através da atenção detalhada para os problemas explicativos que surgem ao se envolver com o assunto da pesquisa (KEMP, 2005).

5 Considerações finais e contribuições do estudo

De modo bastante elementar, este estudo apontou que entre a investigação apreciativa e a pesquisa-ação há indicativo de complementaridade no sentido de aproximações teórico-práticas, e ao mesmo tempo oposições e divergências em termos de orientação epistemológica e metodológica. Por esse motivo, este estudo sustenta que indicar a investigação apreciativa como uma reconfiguração da pesquisa-ação é incorrer em erros e desvios ontológicos e epistemológicos, haja vista que se trata de vertentes muito particulares que, apesar de conversarem entre si, cada qual tem sua metodologia de aplicação e contribuições para o campo da pesquisa social.

Acredita-se que a pesquisa-ação pode fornecer a lógica intelectual, reflexiva e metodologia necessária para os processos de transformação social e que do mesmo modo a investigação apreciativa pode fazê-lo e não se trata de dizer qual corrente é melhor, mas sim de analisar em que contexto social elas melhor se aplicam. Ou seja, embora uma seja mais

“sonhadora” e a outra mais “pragmática”, ambas buscam basicamente as mesmas finalidades – mudança e transformação social.

Diferentemente dos argumentos preconizados por alguns autores, o debate acadêmico não deveria se preocupar com o embate entre estas correntes científicas, mas sim, deveria empenhar-se em ampliar as suas aplicações práticas, de modo a aumentar as conquistas sociais, o que exigiria uma lapidação dos seus métodos ao ponto de torná-las mais acessíveis academicamente. Assim, este estudo contribui para se pensar a investigação apreciativa como uma corrente metodológica própria, que apesar de apresentar similaridades com a pesquisa-ação, tem seu método investigativo particular. O que não impede que ambas (IA e PA) sejam utilizadas em um mesmo processo investigativo. E ainda que as oposições e divergências entre essas duas correntes não devem ser utilizadas como “escudo” para estabelecer superioridades e dizer qual delas é melhor, mas sim para permitir escolhas particulares em contextos específicos.

Todas as correntes teóricas por si só trazem limitações e deficiências em termos de produção de conhecimento e verdade acerca dos fenômenos sociais. Portanto, defende-se aqui a necessidade de compilação teórica entre as correntes de base epistemológicas similares, pois acredita-se que ao empreender uma bricolagem teórica de várias correntes, tem-se a possibilidade de avançar no campo de estudos e romper com as limitações clássicas da pesquisa rumo a novos esclarecimentos. Há que se pensar no abandono da pesquisa teórica parcial e fragmentada e buscar conversações onto-epistêmicas.

REFERÊNCIAS

- ARIELI, D.; FRIEDMAN, V. J.; AGBARIA, K. The paradox of participation in action. **Action Research**. Vol. 7(3), 263–290, Sage Publications, London, 2009.
- BARRETT, F. J. Creating Appreciative Learning Cultures. **Organization Dynamics** 24, p. 36-49, 1995.
- BUSHE, G. R. **Advances in appreciative inquiry as an organization development intervention**, 1999. Disponível em: <http://www.gervasebushe.ca/aiodj.htm>. Acesso em Março de 2013.
- CARROLL, F.; JENKEINS, A.; WOODWARD, C.; KOP, R.; JENKINS, E. Exploring how social media can enhance the teaching of action research, **Action Research**. Vol. 10, 170–188, 2012.
- CHAPAGAIN, C. P. Appreciative Inquiry for Building Human Capacities: An Innovative Approach for the New Millennium. **Annals of Second International Conference of Appreciative Inquiry**, Florida - USA (September 2004). Disponível em: <http://appreciativeinquiry.case.edu/uploads/AI%20Paper-Sept%2005%20-Chandi.pdf>. Acesso em Março de 2013.
- COGHLAN, A. T.; PRESKILL, H.; CATSAMBAS, T. T. An Overview of Appreciative Inquiry in Evaluation. **New Directions for Evaluation**, n. 100, p.5-22, Winter 2003.
- COOPERRIDER, D. L.; SRIVASTVA, S. Appreciative inquiry in organizational life. In R. Woodman & W. Pasmore (Eds), *Research in organizational change and development*, Vol. 1. Greenwich, CT: JAI Press, 1987, pp. 129–69.

COOPERRIDER, D. L. WHITNEY, D. **Investigação apreciativa**: uma abordagem positiva para a gestão de mudanças. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

GERGEN, K. J. **The social construction of self-knowledge**. In L. Mischel (Ed), The self, psychological and philosophical issues. Oxford, England: Blackwell, 1977.

GERGEN, K. J; GERGEN, M. M.; BARRETT, F.J. Dialogue: Life and Death of the Organization. **Handbook of Organizational Discourse**, D. Grant, C.Hardy, C. Oswick, N. Phillips and L Putnam. (Eds.). Thousand Oaks, CA, Sage, 2004.

HERR, K.; ANDERSON, G. **The action research dissertation**. Thousand Oaks, CA: SAGE. 2005.

LEVIN, Morten. Academic integrity in action research, *Action Research*. Vol. 10 (2), 133–149, 2012.

MAURER, M.; GITHENS, R. P. Toward a reframing of action research for human resource and organization development. **Action Research** Vol. 8(3), 267–292, Sage Publications, London, 2009.

OLIVEIRA, R. R. Proposta de um modelo de capacitação e enfoques multitemáticos da gestão de organizações não governamentais: Integração Teoria-Pesquisa no caso do Pró-Criança. In: **Anais do III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS)**, 2009.

RAI, R. K. A participatory action research training initiative to improve police effectiveness. **Action Research**, vol. 10(3) 225–243, Sage Publications, London, 2012.

SMITH, L.; BRATINI, L.; CHAMBERS, D.; JENSEN, R. V.; ROMERO, L. Between idealism and reality: Meeting the challenges of participatory action research. **Action Research** vol. 8(4) 407–425, Sage Publications, London, 2010.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez. 2005, p. 443-466.

VAN DER HAAR, D.; HOSKING, Evaluating appreciative inquiry: A relational constructionist perspective. **Human Relations**, Vol. 57(8): 1017–1036, 2004.

VALENÇA, A. C. Método de investigação apreciativa da ação- na- ação: teoria e prática de consultoria reflexiva. Recife: Bagaço, 2007.

WATKINS, J.; COOPERRIDER, D. L. Appreciative inquiry: A transformative paradigm, 2000. Disponível em: <http://www.odnetwork.org/odonline/vol31n1/transformative.html>. Acesso em Março de 2013.

ZEMKE, R. Don't fix that company. *Training*, 1999, 36, 26–33.